

KWARTALNIK NEOFILOLOGICZNY, LXX, 1/2023
DOI: 10.24425/kn.2023.144961

JOÃO PEDRO ROSA FERREIRA
(CHAM – CENTRO DE HUMANIDADES, FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS, UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA)
ORCID: 0000-0003-0860-2471

UMA CRISE VISTA COM OS ÓCULOS DO HUMOR: A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NOS PERIÓDICOS JOCOSOS PORTUGUESES

A CRISIS SEEN THROUGH THE SPECTACLES OF HUMOR:
THE INDEPENDENCE OF BRAZIL IN PORTUGUESE JOCULAR PERIODICALS

RESUMO

A crise que culminou na independência do Brasil foi tema de um longo debate no primeiro Parlamento português, eleito na sequência da Revolução de 1820. Esse debate foi alimentado pelos periódicos, incluindo os humorísticos. O riso, da ironia ao sarcasmo, foi instrumental para a formação de uma opinião pública ao serviço das estratégias em confronto.

PALAVRAS-CHAVE: Portugal, Brasil, independência, humor, imprensa

ABSTRACT

The crisis leading to the independence of Brazil was thoroughly debated in the first Portuguese Parliament, elected in the aftermath of the 1820 revolution. That debate was magnified by the press, including humorous periodicals. Laughter, from irony to sarcasm, was instrumental in constructing public opinion endorsing competing strategies.

KEYWORDS: Portugal, Brazil, independence, humor, periodical press

INTRODUÇÃO

A forma como o processo conducente à independência do Brasil foi debatido nas Cortes vintistas revela, tendo em conta a maneira como foi narrado e comentado na imprensa portuguesa, a falta de ligação à realidade por parte do recém-implantado regime liberal e dos seus apoiantes.



Copyright © 2023. The Author. This is an open access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution-ShareAlike 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0>), which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original author and source are properly cited. The license allows for commercial use. If you remix, adapt, or build upon the material, you must license the modified material under identical terms.

A sessão das Cortes de Lisboa do dia 22 de março de 1822 ficou para a história graças a uma declaração do deputado Manuel Fernandes Tomás, principal responsável civil da revolução de 24 de agosto de 1820 no Porto, um dos mais destacados líderes vintistas. Em resposta ao deputado Moniz Tavares, numa discussão sobre os acontecimentos em São Paulo e as reivindicações de autonomia centralizada (Lustosa 2019: 232) apresentadas pela respetiva junta, liderada por José Bonifácio de Andrada e Silva, irmão de António Carlos, deputado paulista naquelas mesmas Cortes, Fernandes Tomás sentenciou:

Se o Brasil com efeito não quer unir-se a Portugal, como tem estado sempre, acabemos de vez com isto; passe o senhor Brasil muito bem, que cá cuidaremos da nossa vida (apud Alexandre 1998: 619).

Seis meses depois de Fernandes Tomás ter dito essa frase, o Brasil tornava-se um país independente. Após uma curta guerra e negociações que se arrastaram por mais de dois anos, Portugal acabou por reconhecer a independência brasileira através do Tratado de Reconciliação assinado no Rio de Janeiro em 1825 e arbitrado pelo Reino Unido. Os britânicos responsabilizaram-se ainda pelo pagamento de uma indemnização de dois milhões de libras esterlinas¹ à ex-metrópole, o que, tal como a atribuição (apenas simbólica) do título de co-imperador do Brasil ao rei D. João VI, visava unicamente salvar a face de Portugal.

Com a primeira invasão francesa, em novembro de 1807, a transferência da família real e da corte da capital do império para o Brasil permitiu a manutenção da independência de Portugal sob a dinastia de Bragança, ao contrário do que ocorreu em vários países europeus durante as guerras napoleónicas. O apoio britânico à viagem da família real e da corte teve como contrapartida uma medida que renunciou o fim do domínio português no Brasil. Em janeiro de 1808, o príncipe regente D. João assinou uma carta que ordenava a abertura de portos brasileiros aos navios de nações amigas. Tal gesto significou a perda do exclusivo do comércio colonial: 1808 tornou-se “o ano zero da autonomia económica do Brasil” (Cardoso 2010: 117–125) e marcou “o começo da desagregação do império luso-brasileiro” (Alexandre 2004: 959).

Nos anos que se seguiram à Guerra Peninsular, o general William Beresford (promovido a marechal do exército português) tornou-se o homem forte da Regência em Lisboa, enquanto o embaixador no Rio de Janeiro, Percy Strangford, negociou os tratados de Comércio e Navegação e de Amizade e Aliança de 1810, também chamados “tratados desiguais” (Rodrigues 2014: 333). Com eles, os portos portugueses perderam importância, enquanto os portos brasileiros aumentaram a sua.

Em dezembro de 1815, o Brasil foi elevado à categoria de Reino, com a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. A ausência da corte era sentida na metrópole como um sinal de desvalorização da componente europeia do império e,

¹ Equivalente a cerca de 175 milhões de euros atuais (Rodrigues, Devezas 2011: 412).

à medida que se agravava a crise económica e social legada pelas invasões francesas, generalizava-se a ideia de que Portugal passara a ser “colónia de uma colónia” (Barreto 1986: 19). Quando se deu a revolução do Porto, os liberais exigiram o regresso do rei, como primeiro passo para se libertarem do estatuto que percepcionavam como de subalternização. O passo seguinte, inconfessado, era fazer o Brasil retroceder ao *statu quo ante* 1808.

Tal estratégia estava totalmente desfasada da realidade. Ao tentarem concretizá-la, através de medidas administrativas e da organização política a incluir na Constituição que estava a ser elaborada, as Cortes Constituintes e o governo liberal empurraram os “negócios do Brasil” para uma crise que só pôde ser solucionada através da dissolução do Reino Unido. Além de perder o Brasil, Portugal assistiu também ao insucesso do triénio liberal e ao regresso do absolutismo, consequência do golpe contra-revolucionário da Vilafrancada, em maio de 1823.

A IMPRENSA JOCOSA CONTRA-REVOLUCIONÁRIA

O padre José Agostinho de Macedo – filósofo, poeta, pregador, polemista e periodista contra-revolucionário que combatia “com as armas do ridículo” (*A Besta Esfolada*, n. inédito: 3) – ultrapassou todos os limites do humor, servindo-se do sarcasmo e da sátira para desencadear um riso liberticida, fundamental para a sua estratégia política, em que o ridículo funcionava como instrumento de controlo social (Billig 2005: 235). O insulto, mormente o insulto racista, foi utilizado por José Agostinho ao serviço de um discurso que incluía o apelo à violência e à eliminação física dos adversários políticos (Ferreira 2020: 216–235). Macedo comentou a independência do Brasil no periódico *A Besta Esfolada* e no poema satírico *Os Burros*.

Neste último merece destaque a menção à frase célebre de Fernandes Tomás: “Passe por lá bem senhor Brasil”. Nos versos imediatos surgem referências jocosas ou mesmo insultuosas ao deputado liberal Borges Carneiro, ao antigo ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, um dos principais defensores da saída da corte para o Brasil, ao marquês de Loulé – absolutista moderado da confiança de D. João VI caído em desgraça junto do infante D. Miguel e que foi encontrado morto em circunstâncias nunca esclarecidas, aparentemente na sequência da queda de uma janela –, ao estadista brasileiro José Bonifácio, ao imperador e rei D. Pedro I e IV, à rainha D. Maria II ou ao primeiro-ministro britânico George Canning. A única figura que não é alvo da sátira macediana é o absolutista D. Miguel, que “não faz conta” à “sandice” da independência brasileira (Macedo 1835: 270–272).

O sarcasmo de José Agostinho é frequentemente de pendor racista, tomando como alvo, por vezes, judeus ou ciganos. Mas os principais insultos racistas guardados para os brasileiros – incluindo o imperador D. Pedro e sua filha, rainha de Portugal.

[...] os Brasileiros são como os jumentinhos, em pequeninos muito vivos, muito espertos, pulam, saltam, brincam, correm, enfim são a mesma viveza; quanto mais crescem, mais se lhes diminui a vivacidade, começam a se lhes dobrarem, e caírem as orelhas, nenhum arrocho, por mais vibrado, e sacudido que venha, os faz andar, não tomam jeito, preguiçosos, e indolentes (*Besta* n. 18: 8).

Em coerência com a doutrina política de Macedo, apóstolo do varapau e da força, a “Besta” que dá título ao periódico é identificada logo no início da publicação: “A Besta é a Revolução” (*Besta* n. 2: 2).

“TENTADORES QUINDINS DAS SINHAZINHAS”

Autor do *Almocreve de Petas* e de vários outros folhetos jocosos, periódicos humorísticos, rimas e entremezes que alcançaram grande popularidade nos últimos anos do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX – alguns deles com sucessivas reedições até à segunda metade de oitocentos –, José Daniel Rodrigues da Costa reflete o processo traumático da separação do Brasil em quatro sonetos com o tema genérico “Aos Americanos”, publicados em 1825, ano em que D. João VI assinou o tratado reconhecendo a independência do novo império. Longe do registo satírico do muito citado *Almocreve* ou do *Barco da Carreira dos Tolos*, do *Hospital do Mundo* ou da *Câmara Óptica*, Rodrigues da Costa não consegue esconder o ressabiamento pela perda das “chulices e do batuco,/ que tanto no Brasil nos atraía”, soltando à laia de desabafo “anda todo o Brasil feito maluco”, e termina apelando aos “bons brasileiros” com uma recordação terna dos “tentadores quindins das Sinhazinhas”:

Gentes do Rio, Gentes da Bahia,
Do Pará, Maranhão, e Pernambuco,
Onde estão as Chulices, e o Batuco,
Que tanto no Brasil nos atraía?

Tornou-se escura noite o vosso dia,
Os vossos dons perderam graça, e suco;
Anda todo o Brasil feito maluco,
Escravo da impostura, e tirania:

Da desordem à paz vai grande espaço,
Antes cantar à cítara modinhas,
Que ouvir o fero som do bronze, ou aço.

Lançai, bons Brasileiros, vossas linhas,
Com guerra não se goza em doce laço
Tentadores quindins das Sinhazinhas (Costa 1825: 19).

Nostálgico do Reino Unido, aconselha os brasileiros (“americanos”) a terem cuidado com as “novas filosofias esturradas”, que “só servem de empear a sociedade, deixando as coisas todas transtornadas”. Termina com uma interrogação que contém em si própria a resposta: “A que aspirais ainda, Americanos?/ Não tem sido feliz o vosso estado?” (Costa 1825: 17).

Para José Daniel Rodrigues da Costa (Araújo 2009: 167), politicamente um oportunista que subiu na vida graças à proteção do influente intendente (comandante) da Polícia de Lisboa, Diogo Inácio de Pina Manique, e que mais tarde seria autor de poemas panegíricos a D. Miguel, os “americanos”, ao separarem o Brasil do império lusitano, atentaram contra “a religião e a probidade”. O soneto termina com versos ameaçadores: “Sem isto, consequências desgraçadas vão chamar sobre vós a tempestade” (*ibidem*). No entanto, o soneto seguinte estende uma mão pacífica e fraterna aos brasileiros, pedindo-lhes “vivamos como irmãos, não como brutos”. Mas resta saber se não haverá, neste último verso, uma ponta de ironia:

Os Prodígios de Deus Continuados
 Vimos em Portugal, Reino escolhido,
 Sempre em triunfo, sempre defendido
 Das violências de pérfidos malvados:

Nos Povos Brasileiros levantados,
 (O Deus três vezes Santo condoído)
 Fará o seu Poder mais conhecido,
 Dando-lhes paz, remindo os desgraçados:

Deixai de injusta guerra a infausta empresa
 Que se a vida anda incerta por minutos
 De que serve aos Mortais mando, ou grandeza?

União, Brasileiros, cessem lutos,
 Se ao Brasil enriquece a natureza,
 Vivamos como Irmãos, não como brutos (Costa 1825: 18).

Destes sonetos infere-se a adesão de José Daniel Rodrigues da Costa à narrativa dos absolutistas que se serviram do fracasso do Reino Unido como pretexto para responsabilizar os liberais pela amputação da maior e mais rica parcela do império lusitano.

VINTISTAS CONTRA O “MANO ZÉ” BRASILEIRO

A imprensa em Portugal teve um papel acelerador no rápido afastamento que teve como ponto de chegada a independência do Brasil. Desde o início da nova realidade política criada a partir da revolução de 1820 que os periódicos ecoavam as

posições das diferentes forças em presença, tal como aconteceu no Brasil (Lustosa 2000: *passim*).

O *Astro da Lusitânia*, redigido pelo liberal vintista Joaquim Maria Alves Sinval e publicado em Lisboa de 1820 a 1823, acompanhou de forma atenta o processo conducente à secessão brasileira. Quando António Carlos de Andrada e Silva interveio nas Cortes por duas vezes visando artigos publicados no *Astro*, Sinval respondeu, no número de 11 de junho de 1822. Essa réplica foi de uma “enorme violência retórica” (Alves 2013: 239), incluindo referências racistas a uma “cabeça da negrinha”. Embora fosse dirigida ao deputado paulista, semelhante catilinária tinha como alvo o irmão de António Carlos, o “mano Zé Bonifácio”, José Bonifácio de Andrada e Silva, o principal obreiro da independência, à época muito influente junto de D. Pedro.

[...] Pelo preço que nos pertence, afoitadamente podemos declarar ao sr. Andrada que o preço de toda a sua geração (quando fosse objeto de compra e venda), ainda mesmo que na guia da balança entrasse o mano Zé, com a cabeça da negrinha, não seria bastante para nos fazer escrever o contrário daquilo que em nossa consciência sentíssemos [...]. Contudo, os escritores de Lisboa não são tão ignorantes que não previssem os acontecimentos do Rio de Janeiro [...] eles têm mostrado aos brasileiros quais são os projetos do mano Zé e companhia... (*Astro da Lusitânia*, nº. 99, 1–2, *apud* Alves 2013: 238–239).

Já antes disso o redator de *O Portuguez* – periódico que começou por ser publicado em Londres, mas que teve uma segunda série publicada em Lisboa, depois da revolução liberal –, João Bernardo da Rocha Loureiro, perdera quaisquer ilusões sobre a manutenção da unidade entre Portugal e o Brasil. Pouco depois regressar de Londres, Loureiro publicou, em março de 1822, *Exame critico do parecer que deu a Comissão especial das Côrtes sobre os negócios do Brasil*. A conclusão que retirava da forma como a questão brasileira estava a ser conduzida pelos deputados da comissão parlamentar presidida pelo deputado moderado Francisco Trigoso de Aragão Mourato era francamente pessimista. Sinval começou por censurar a Rocha Loureiro a posição antibrasileira do *Exame critico*, particularmente os ataques a José Bonifácio e à “matilha” que rodeava D. Pedro (Alves 2013: 243). Apesar disso, o *Astro da Lusitânia* acabou por eleger como alvo de estimacão o deputado António Carlos de Andrada e Silva, juntando-se a Rocha Loureiro nas críticas a Hipólito da Costa. O redator do *Correio Braziliense* foi acusado de promover a alternativa da independência contra o “espírito de colonizar” (*Astro da Lusitânia*, nº. 93, p. 1). Por seu lado, Rocha vinha manifestando suspeitas sobre o secessionismo de Costa desde a insurreição de Pernambuco. Publicou-as ainda em 1817 (*O Portuguez* v. VIII, n. 43, p. 16), e reafirmou-as naquele jornal no início de 1822, ao rotular o *Correio Braziliense* de “jornal da oposição” (*ibidem*, v. XII, n. 71, p. 433).

Publicado em Londres pelo brasileiro Hipólito da Costa entre junho de 1808 e dezembro de 1822, o *Correio Braziliense* foi o pioneiro dos periódicos liberais em língua portuguesa. Defendia um regime constitucional segundo o modelo inglês (Ferreira 1992: 123–130) e começou por defender a união entre Portugal e o Brasil,

embora fizesse eco das queixas dos brasileiros contra o “despotismo colonial” e a “administração militar” das províncias e capitanias. Contudo, opôs-se à insurreição de 1817 em Pernambuco, entrando em polémica com o *Correo del Orinoco*, jornal dos insurretos venezuelanos (Ferreira 2018: 204–205). Depois da revolução de 1820, o *Correio Braziliense* tomou posição contra a separação do Brasil, apontado como a “cabeça do Reino Unido”. Em setembro seguinte estabelecia uma diferença que não era meramente retórica: segundo Hipólito da Costa, a manutenção do Reino Unido era de “interesse” para Portugal, mas apenas de “decoro” para o Brasil. Logo no mês seguinte, o *Correio Braziliense* denunciou o lançamento de uma campanha “anti-Brasília” em Portugal. O objetivo desta seria criar divisões entre as duas principais parcelas do império português, de forma a fomentar uma solução iberista: a união luso-espanhola.

Na sequência do golpe da Martinhada, em novembro de 1820, o governo liberal português, pressionado pelos liberais mais radicais, decidiu adotar, a título provisório, a Constituição de Cádiz de 1812, enquanto não fosse redigida uma constituição portuguesa. Esse gesto foi considerado por Hipólito da Costa como “um passo decisivo para a separação de Portugal do Brasil”. Em março de 1821, o *Correio* denunciava que o objetivo pretendido pelos radicais, cada vez mais influentes nas Cortes, era fazer regressar o Brasil ao estatuto de colônia. Em junho de 1822, a situação agravava-se:

Diz [o deputado radical José Joaquim Ferreira de] Moura que, se o Príncipe Herdeiro tem de ficar no Brasil, por tal preço não quer a união: responderam os mais deputados: Apoiado, Apoiado. A isto pode e deve responder o Brasil que ao preço de tornar a reduzir-se a colônia de Portugal depois de ter sido elevado à categoria de Reino, não lhe faz conta comprar a união, e passará sem ela (*Correio Braziliense*, v. XXVIII, n. 169, p. 708).

Em dezembro de 1822, no número que seria a derradeira edição do *Correio Braziliense*, a secção onde o redator fazia o seu habitual comentário à atualidade política trazia um título significativo: “Reinos Desunidos do Brasil e Portugal” (*Correio Braziliense*, v. XXIX, n. 175, p. 593). Três meses antes, no número de setembro, o “Projeto de Constituição Política do Brasil” (*ibidem*, n. 172, p.375–384), confirma já o envolvimento do periódico e de Hipólito da Costa na política interna do novo império, tomando posição ao lado das propostas de José Bonifácio, o que, aliás, gerou uma forte polémica com frei Caneca (Lustosa 2019: 240).

A NARRATIVA LIBERAL

Ao defender uma causa indefensável, a esmagadora maioria dos periódicos portugueses travou uma batalha perdida (Alves 2013: 249). Porém, a imprensa liberal manteve idêntica posição mesmo depois da independência do Brasil. Um

desses jornais foi *O Popular*, impresso em Londres e redigido, entre outros, pelos antigos deputados radicais Simões Margiochi e Ferreira de Moura, obrigados a procurar refúgio no exílio após os golpes contrarrevolucionários que levaram à queda do governo vintista, à dissolução das Cortes, à suspensão da Constituição e à restauração do absolutismo – o que deu origem à chamada segunda emigração.

As referências ao Brasil em *O Popular* revelam um sentimento de forte oposição à dinastia de Bragança, visando tanto D. João VI – primeiro beneficiário do fim do regime vintista, ao ver restaurados os seus “inauferíveis direitos” enquanto rei absoluto, não obstante a promessa, sempre adiada e finalmente incumprida, de uma nova Constituição reformada – como o imperador D. Pedro I, tratado depreciativamente como “o liberal, o magnífico e o grande imperador” ao mesmo tempo que acusado de prover ao financiamento do “despotismo” através da indemnização paga à ex-metrópole conforme estipulado no tratado em que Portugal reconheceu a independência do Brasil. Igualmente reveladora é a referência ao papel desempenhado pelos britânicos em toda a cadeia de acontecimentos que culminou na independência e respetiva aceitação. Segundo *O Popular*, D. Pedro agiu como agiu porque foi “mandado por quem pode”:

[...] o filho dá de esmola ao pai coisa de quinze milhões de cruzados na ocasião do reconhecimento [...], este socorro é recebido para entreter, por mais algum tempo, o despotismo em Portugal, o que muito convém aos princípios dos braganções absolutos [...]. Tudo é de esperar do liberal, do magnífico e do grande imperador, se assim lhe for mandado por quem pode (*O Popular*, v. II, n. VIII, p. 103–105, *apud* Alves, 2018: 66–67).

Depois de admitirem a irreversibilidade da independência do Brasil – “O Brasil nunca mais será colónia de Portugal, nem este daquele como foi de 1807 a 1820” (*apud* Alves 2018: 70) – os liberais vintistas de *O Popular* apontam a saída da família real e a abertura dos portos como a verdadeira causa da separação:

A morte da América portuguesa foi irrevogavelmente decidida pela partida do príncipe regente em 1807 e pelo decreto de 1808, que franqueou os seus portos aos estrangeiros, e pelo decreto de 1815 que a elevou à categoria de reino. Aquele acto foi justamente o que selou a separação do Brasil e os factos, que depois a desenvolveram e fixaram foram o resultado dos acontecimentos que se lhe seguiram, filhos do errado comportamento da corte do Rio de Janeiro (*ibidem*).

Fica patente que a narrativa vintista do ódio generalizado à redução de Portugal a colónia da antiga colónia continuou a fazer parte da argumentação dos liberais mesmo depois da independência brasileira se ter tornado um facto político inquestionável: “Portugal transformado de metrópole em colónia, ou antes tratado como presidio abandonado, exausto pelo saque das rendas do reino [...], viu-se reduzido ao último apuro e sofrimento” (*ibidem*).

Igualmente interessante é a tentativa de análise feita pelos redatores de *O Popular* a partir da evolução económica e política de Portugal desde os

Descobrimientos até às invasões francesas e à saída da família real para o Brasil, um processo histórico secular que levou à redução de “Portugal quase a uma factoria inglesa” (*ibidem*: 71). Apontadas as causas e reconhecido o seu caráter irrevogável, *O Popular* faz uma proposta insólita, mas com um significado político profundo. O reconhecimento da “emancipação do Brasil” devia ser feito não pela monarquia, “agora de facto absoluta e despótica”, mas pela nação portuguesa representada por novas Cortes, com base em “mútuos interesses comerciais”, esses sim, capazes de unir portugueses e brasileiros, ao contrário dos “enganos e perfídias” fomentadores de “futura discórdia”:

Se o governo de Lisboa andara de boa-fé, reuniria as Cortes e com elas trataria de proclamar uma sincera emancipação do Brasil, unindo-nos por mútuos interesses comerciais e não dividindo-nos com enganos e perfídias, causa perpétua de futura discórdia (*apud* Alves 2018: 73).

CONCLUSÃO: OS ÓCULOS POUCO TRANSPARENTES DO HUMOR

Quando, em 1821, se reuniram as Cortes Constituintes e, poucos meses mais tarde, o rei voltou a Lisboa, a independência do Brasil era inexorável. Ao longo da década anterior, o domínio britânico, hegemónico na economia, fora um dado político crucial, epitomizado pela atuação de Beresford, que comandava, de facto, a Regência. Ao mesmo tempo, a dependência desta em relação ao governo do Rio de Janeiro e a elevação do Brasil à categoria de reino com a criação do Reino Unido de Portugal Brasil e Algarves, em 1815, contribuíram para generalizar na sociedade portuguesa a ideia de que a sede do império tinha sido despromovida ao papel de colónia da antiga colónia. Acresce que, desde a revolução liberal de 1820 e, sobretudo ao longo do processo político que desembocou no debate constitucional de 1822, se tornou patente a insensibilidade – salvo o anacronismo, hoje chamar-lhe-íamos falta de empatia – das figuras dominantes das Cortes, com destaque para Manuel Fernandes Tomás, autor da frase fatídica: “Passe bem, Sr. Brasil”. Os deputados, tanto os radicais como os gradualistas e os moderados, mostraram-se incapazes de entender que a emancipação do Brasil era um processo irreversível. As pressões e ameaças de que foram vítimas os deputados eleitos em representação das províncias brasileiras tornaram a situação insustentável, levando vários deles, incluindo o paulista António Carlos de Andrada e Silva, irmão de José Bonifácio, a abandonar os lugares a que tinham direito nas Cortes Constituintes e a sair de Portugal. Esse clima hostil foi amplificado pela imprensa que atuava na esfera pública (Habermas 2012: 187–256) procurando influenciar a opinião pública (Araújo 2008: 125–139). Deputados e periodistas não agiram de maneira muito diferente de José Daniel Rodrigues da Costa ou de José Agostinho de Macedo,

humoristas cuja jocosidade não conseguiu ir além do sarcasmo, que, sem grande capacidade para ironizar, viram e comentaram, do ponto de vista de Portugal, a crise da independência brasileira com os óculos, nada transparentes nem inocentes, do humor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRE V. (1998): “O processo de independência do Brasil”, in: BETHENCOURT F., CHAUDURI K. (org.): *História da Expansão Portuguesa*, v. IV. Lisboa: Círculo de Leitores, 10–211.
- ALEXANDRE, V. (2004): “O império português (1825–1890): ideologia e economia”, *Análise Social*, Lisboa, v. XXXVIII, 169: 959–979.
- ALVES J. A. S. (2013): *Glória, Memória e Mito: o Periodismo Vintista (1820–1823)*, Porto: *Media XXI*.
- ALVES J. A. S. (2018): *O Periodismo Político da Pós-Vilafrancada ao Setembrismo (1824–1836): um mundo cativante e multifacetado*, Porto: *Media XXI*.
- ARAÚJO A. C. (2008): “Opinião pública”, *Ler História*, Lisboa, 55: 125–139.
- ARAÚJO A. C. (2009): “Vocabulário, imagens e modalidades irônicas de comunicação política em finais de Antigo Regime. O caso de José Daniel Rodrigues da Costa”, in: *Actas do IV Congresso Histórico de Guimarães – Do Absolutismo ao Liberalismo*, Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 147–173.
- BARRETO J. T. M. (1986): *Memórias do Marquês de Fronteira e d’Alorna*, v. I–II, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- BILLIG M. (2005): *Laughter and Ridicule: Towards a Social Critique of Humour*, Londres: Sage.
- CARDOSO J. L. (2010): “1808: O ano zero da autonomia económica do Brasil”, in: COUTO J. (dir.), *Rio de Janeiro, Capital do Império Português (1808–1821)*, Parede: Tribuna da História, 117–125.
- COSTA H. J. (1808–1822): *Correio Braziliense, ou Armazem Literario*, Londres: W. Lewis, L. Thompson.
- COSTA J. D. R. (1825): *Novo Divertimento para Meio Quarto de Hora*, Lisboa: Impressão de João Nunes Esteves.
- FERREIRA J. P. R. (1992): *O Jornalismo na Emigração. Ideologia e Política no Correio Braziliense (1808–1822)*, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- FERREIRA J. P. R. (2018): “O *Correio Braziliense* e a «pretendida conspiração»”, in: PEREIRA M. H., ARAÚJO A. C. (coord.), *Gomes Freire e as vésperas da Revolução de 1820. Colóquio Internacional do Bicentenário*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 201–219.
- FERREIRA J. P. R. (2020): “Humor, insulto e política nos periódicos de José Agostinho de Macedo”. *Atlante – Revue d’Études Romanes*, Lille, 13: 216–235.
- HABERMAS J. (2012): *A Transformação Estrutural da Esfera Pública*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LOUREIRO J. B. R. (1814–1822): *Portuguez ou Mercurio Politico, Commercial e Litterario (O)*, Londres: T. C. Hansard.
- LOUREIRO J. B. R. (1822): *Exame critico do parecer que deu a Comissão especial das Côrtes sobre os negócios do Brasil*, Lisboa, s.n..
- LUSTOSA I. (2000): *Insultos Impressos. A guerra dos jornalistas na Independência (1821–1823)*, São Paulo: Companhia das Letras.
- LUSTOSA I. (2019): *O Jornalista que Imaginou o Brasil*. Campinas: Editora Unicamp.
- MACEDO J. A. (1828–1831): *A Besta Esfolada*, Lisboa: Typ. de Bulhões, Impressão Régia.

- MACEDO J. A. (1835): *Os Burros*, Paris: Na Officina Typographica de Casimir.
- MARGIOCHI S., MOURA F. (1824–[1826]): *Popular, jornal politico, litterario e commercial (O)*, Londres: L. Thompson.
- MORATO F. M. T .A. (1933): *Memórias de Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato. Começadas a escrever por ele mesmo em princípios de janeiro de 1824 e terminadas em 15 de julho de 1835*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- RODRIGUES J. D. (2014): “A monarquia luso-brasileira (1808–1822)”, in: COSTA J. P. O. (coord.), *História da Expansão e do Império Português*, Lisboa: Esfera dos Livros, pp. 321–339.
- RODRIGUES J. N., DEVEZAS T. (2011): *Portugal – O Pioneiro da Globalização*, Famalicão: Centro Atlântico.
- SINVAL J. M. A. (1820–1823): *Astro da Lusitânia*, Lisboa: Typ. de J. F. M. de Campos.